

IELS nº 50 – 17/03/2025

Legislação Federal

Decreto nº 12.411, de 14/03/25 DOU de 17/03/25 p.2 - seção 1 – nº 51 - Dispõe sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Portaria PR-SG nº 193, de 12/03/25 DOU de 17/03/25 p.3 - seção 1 – nº 51 - Institui o Programa de Articulação da Participação Social nos Estados, Distrito Federal e nos Territórios com a finalidade de ampliar, diversificar e qualificar a participação social nas políticas públicas federais.

Portaria AGU nº 168, de 14/03/25 DOU de 17/03/25 p.4 - seção 1 – nº 51 - Altera a Portaria Normativa AGU nº 152, de 31 de outubro de 2024, que dispõe sobre a organização, as competências e o funcionamento da Subconsultoria-Geral da União de Gestão Pública da Consultoria-Geral da União, para instituir o Núcleo Especializado em Matéria de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - Núcleo Especializado PD&I.

Portaria CAPES nº 53, de 14/03/25 DOU de 17/03/25 p.25 - seção 1 – nº 51 - Dispõe sobre os critérios para distribuição de bolsas no âmbito do Programa de Demanda Social - DS e de bolsas e auxílios para pagamento de taxas escolares no âmbito do Programa de Excelência Acadêmica - PROEX, do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares - PROSUP e do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior - PROSUC, referente ao período de março de 2025 a fevereiro de 2026.

Portaria MS-GM nº 6.642, de 14/03/25 DOU de 17/03/25 p.63 - seção 1 – nº 51 - Estabelece as metas de desempenho institucionais do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - DENASUS referentes aos dois ciclos do ano de 2025 para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria - GDASUS.

Resolução Normativa ANS nº 629, de 12/03/25 DOU de 17/03/25 p.65 - seção 1 – nº 51 – **Retificação** - Altera a Resolução Normativa - RN nº 465, de 24 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a cobertura obrigatória do medicamento Ponatinibe para o tratamento Leucemia Mielocítica (mielóide, mielógena, granulocítica) Crônica, nas fases crônica, acelerada ou blástica, com falha/resistência ou intolerância aos inibidores de tirosina quinase de segunda geração, referente ao procedimento TERAPIA ANTINEOPLÁSICA ORAL PARA TRATAMENTO DO CÂNCER (COM DIRETRIZ DE UTILIZAÇÃO); e para atualizar a cobertura obrigatória do procedimento TERAPIA PARA DOENÇA DE FABRY CLÁSSICA (COM DIRETRIZ DE UTILIZAÇÃO), para estabelecer a cobertura obrigatória do medicamento Beta-algasidase em pacientes com sete anos de idade ou mais, em cumprimento ao disposto nos parágrafos 4º e 10, do art. 10, da Lei nº 9.656/1998.

Resolução CFF nº 3, de 20/02/25 DOU de 17/03/25 p.114 - seção 1 – nº 51 – Dispõe sobre a atuação do farmacêutico no âmbito da aromaterapia, aromatologia e óleos essenciais, e dá outras providências.

Resolução CFF nº 4, de 20/02/25 DOU de 17/03/25 p.115 - seção 1 – nº 51 – Dispõe sobre a criação do Registro de Qualificação de Especialista (RQE), e estabelece os critérios e procedimentos para sua obtenção pelo farmacêutico.

Resolução CFF nº 5, de 20/02/25 DOU de 17/03/25 p.115 - seção 1 – nº 51 – Dispõe sobre o ato de estabelecer o perfil farmacoterapêutico no acompanhamento sistemático do paciente pelo farmacêutico e dá outras providências.

Resolução CFF nº 6, de 20/02/25 DOU de 17/03/25 p.116 - seção 1 – nº 51 – Regulamenta a habilitação do farmacêutico em Saúde Mental.

Resolução CFF nº 7, de 20/02/25 DOU de 17/03/25 p.116 - seção 1 – nº 51 – Regulamenta a habilitação do farmacêutico em Saúde da Mulher com Ênfase na Prescrição de Contraceptivos Hormonais.

Legislação Estadual

Resolução SS nº 41, de 14/03/25 DOE de 14/03/25 p.9 - seção 1 – Ed.Supl. – nº 53 – Retifica a Resolução SS nº. 24, de 13 de fevereiro de 2025, que instituiu a Comissão para verificar o padrão de qualidade dos serviços médicos, administrativos e conformidades em unidades gerenciadas pela Organização Social de Saúde Fundação Santa Casa de Misericórdia de Franca.

Portaria GVS-XXI nº 1, de 14/03/25 DOE de 17/03/25 p.215 - seção 1 – nº 54 – Institui a equipe de autoridades sanitárias estaduais do Grupo de Vigilância Sanitária XXI – Presidente Prudente.

Projeto de Lei nº 198, de 2025 DOE de 17/03/25 p.5 - seção Leg. – nº 47 – Estabelece a Política de Cuidado Integrado à Pessoa Idosa.

OBSERVAÇÕES:

○ **Informe Eletrônico de Legislação em Saúde** (IELS) é um serviço de disseminação seletiva de informação de legislação em saúde e áreas afins, elaborado a partir da publicação de atos normativos oficiais referentes aos Governos Federal, Estadual (São Paulo) e município de São Paulo, com o objetivo de divulgar diariamente esse conteúdo.

O Centro de Documentação, unidade cooperante da Biblioteca Virtual em Saúde Rede de Informação e Conhecimento, da SES/SP é responsável apenas pela elaboração e divulgação do IELS e não tem nenhuma responsabilidade sobre os conteúdos aqui divulgados, assim como não possui quaisquer informações adicionais às publicadas.

Dúvidas ou questionamentos, devem ser direcionados diretamente aos órgãos responsáveis pela emissão dos atos normativos.

Expediente:

Elaborado pelo Centro de Documentação/Biblioteca - BVS RIC da SES-SP

Seleção de Conteúdo e elaboração: Alessandra Valéria D'El Rei, Lílian Nunes Schiavon

E-mails de contato: iels@saude.sp.gov.br; ctd@saude.sp.gov.br

Telefones: (11) 3065-4701 / 3066-8117

Outras Opções de Acesso à Legislação

Base de Dados LEGSES-SP: <http://tc-legis2.bvs.br> (dados até 2017)

Base de Dados LEGSES-SP: <https://ses.sp.bvs.br/leisref> (dados a partir de 2018)

Para outras informações de legislação em saúde, acesse <https://ses.sp.bvs.br/vhl/legislacao-em-saude/>

Para acesso a outras fontes de informação em saúde, acesse a **BVS Rede de Informação e Conhecimento**